Em 2007, a preocupação social com a qualidade educacional promoveu o Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação (BRASIL, 2007) e, posteriormente, pela criação do Plano de Ações Articuladas (PAR), fornecendo apoio técnico financeiro aos estados e municípios, que por sua vez, ficaram responsáveis por diagnosticar os principais problemas e demandas educacionais das respectivas regiões. Tais ações se materializam com os diálogos envolvendo a política de formação de professores para a Educação Profissional e Tecnológica – EPT, que vêm cada vez mais ganhando espaço no contexto nacional, considerando as mudanças estruturais ocorridas no mundo do trabalho e nas proposições legais e políticas da Educação Profissional e Tecnológica.

Um número significativo de professores que atuam na Educação Profissional e Tecnológica e na Educação Profissional Técnica de Nível Médio, especialmente, aqueles vinculados aos Cursos Técnicos de Nível Médio na Forma Integrada, apresentam-se ainda como leigos no que se refere à concretização teórica e prática dos pressupostos pedagógicos e metodológicos do Ensino Médio Integrado em suas instituições. Vários estudos tem apontado o ingresso de professores que apresentam diferentes níveis de formação e que ainda possuem limitações quanto aos atributos pedagógicos necessários para atuação na EPTNM e no Ensino Médio Integrado, considerando as especificidades dessa modalidade e forma de oferta.

No intuito de qualificar a ação desses professores e consolidar o Ensino Médio Integrado no cotidiano de suas instituições, torna-se necessário fomentar um processo de reflexão sobre a prática pedagógica. De forma que estes precisam estar minimamente fundamentados e consubstanciados pelas proposições teóricas da real concepção de integração que o Ensino Médio Integrado nos apresenta na Educação Profissional Técnica de Nível Médio. No caso específico da formação de professores, destaca-se a criação dos Fóruns Estaduais Permanentes de Apoio à Formação Docente e do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR, tendo como missão suprir as demandas de formação inicial e continuada dos docentes da rede pública, por meio de cursos oferecidos.

Ao analisar as características e os problemas da formação de professores no Brasil, constatou aspectos problemáticos relacionados à presença discreta dos conhecimentos sobre os sistemas educacionais e sobre os aspectos teóricos da área educacional, indicando uma provável fragilidade na preparação para o magistério. Como uma certa incoerência entre os projetos pedagógicos dos cursos e a estrutura das disciplinas (suas ementas), a ausência de saberes atrelados às tecnologias para o ensino, bem como destacou o fato de que não são explicitadas as relações necessárias entre as diferentes disciplinas, considerando-se seus respectivos objetivos. As necessidades formativas, nesse caso, tendem a ser ainda mais complexas, pois para desenvolver o ensino técnico são necessários profissionais de áreas variadas (Bacharéis e/ou Tecnólogos) que usualmente não cursam as licenciaturas tradicionais destinadas às disciplinas do Ensino Médio e do Ensino Fundamental.

No domínio do Ensino Médio, particularmente, há a presença da Educação Profissional Técnica (EPT), pode ser oferecida das seguintes formas: Integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio na mesma instituição de ensino; Concomitante, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental ou esteja cursando o ensino médio, na qual a complementaridade entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio pressupõe a existência de matrículas distintas para cada curso, podendo ocorrer na mesma instituição ou em instituições de ensino distintas; Subsequente, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino médio.

De um modo geral, há componentes contextuais e sociológicos que tornam bastante variado o perfil acadêmico e de trabalho dos professores da EPT. Com relação à formação docente, os indicadores são bastante preocupantes, tendo em vista que, apesar de a maioria dos profissionais possuir curso superior (89,7%), é pequena a parcela que possui licenciatura (24,8%) ou algum tipo de formação pedagógica complementar à graduação (16,9%). Tal conjuntura enseja muitos questionamentos sobre o cumprimento de requisitos mínimos para a atuação no ensino técnico.

Tais interrogações ganham muita importância se considerarmos que os conhecimentos pedagógicos estiveram ausentes da grade disciplinar que formou grande parcela de docentes ligados a áreas essencialmente técnicas (Bacharelados em Metalurgia, Plásticos, Administração, Engenharias, etc.), que não possuem relação estreita com a docência, mesmo que seu percurso formativo tenha atingido níveis mais especializados de pós-graduação. Nesse sentido, a crítica à formação precária desses profissionais ocorre ao se pensar que a qualidade do ensino não pode estar dissociada dos conhecimentos práticos, científicos e pedagógicos, articulando-se o mundo do trabalho à experiência e à pesquisa.

Como abordado, a formação de docentes para atuar com EPT é técnica, contudo para ocupar as lacunas da falta de preparação pedagógica se faz necessário fomentar os conhecimentos específicos dos cursos de licenciatura, bem como inserir novos cursos de formação de professor de áreas consideradas técnicas e com baixo índice de profissionais com as capacidades essenciais para atuar em salas de aula do Ensino Profissional e Tecnológico.